

Anais da 19ª Jornada de Iniciação  
Científica da Fundação Casa de Rui Barbosa

Organização

Ana Pessoa  
Ana Lígia Medeiros  
Aparecida Rangel

Fundação  Casa de Rui Barbosa

Rio de Janeiro, 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

J828a Jornada de Iniciação Científica da Fundação Casa de Rui Barbosa (19. :  
2024 : Rio de Janeiro, RJ).

Anais da 19ª Jornada de Iniciação Científica da Fundação Casa de Rui  
Barbosa [recurso eletrônico] / organização Ana Pessoa, Ana Lígia  
Medeiros, Aparecida Rangel. – Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui  
Barbosa, 2024.

528 KB ; PDF (43 p.)

ISBN 978-65-88295-37-3

1. Iniciação científica - Congresso. I. Pessoa, Ana, *org.* II. Medeiros,  
Ana Lígia, *org.* III. Rangel, Aparecida, *org.* IV. Título.

CDD 001.2

Elaborada no Serviço de Biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa  
pela bibliotecária Letícia Krauss Provenzano - CRB7/6334

Sumário	
Apresentação	04
Programação da 19ª Jornada	05
Relação de Resumos Expandidos	06
Índice dos Bolsistas	43
Índice dos Orientadores	43

## Apresentação

A presente publicação reúne os resumos expandidos das dezoito comunicações da 19<sup>a</sup> Jornada de Iniciação Científica da Fundação Casa de Rui Barbosa, realizada no dia 17 de outubro de 2024, na Sala de Cursos.

A Jornada é um evento anual que tem o objetivo de apresentar os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelos bolsistas do PIC, sob a supervisão de pesquisadores e tecnologistas da instituição. Essas jornadas visam também atender a um dos requisitos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para a concessão de bolsas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

O encontro é acompanhado por dois comitês, o Comitê Institucional, com representantes da FCRB, e Comitê Externo, formado por pesquisadores de reconhecido desempenho em suas áreas de atuação. Este grupo colabora tanto da seleção anual de novos projetos submetidos pelos pesquisadores e tecnologistas da FCRB, como da avaliação dos resultados apresentados nas jornadas pelos bolsistas.

Em 2024, o Comitê Externo foi integrado pelas professoras Dra. Mariana Muaze, do Departamento de História da Unirio, e Dra. Rosana Kohl Bines, do Departamento de Letras da PUC-Rio e do Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade da mesma universidade, a quem agradecemos a generosa colaboração.

## Programação

### 9h30 – Mesa de Abertura

#### Mesa 1

**9h40** - Perfil-opinião: uma análise sobre a experiência de visitação ao MCRB

*Museu Casa de Rui Barbosa e a rela o com o entorno*

Bolsista: Luíza Tallens de Lima Muhlethaler Chouin (Orientadora: Aparecida Rangel)

**9h50** - Documenta o museológica em museus-casas

*Documenta o museológica em museus-casa: análise, adapta o e atualiza o de dados;*

Bolsista: Milena Gomes Moreira Bezerra (Orientadora: Anna Gabriela Faria)

**10h** - História e Memória do AMLB: AMLB 50 anos

*Divulga o em culturas - AMLB*

Bolsista: Joana Sousa Lira (Orientadora: Rosangela Florido Rangel)

**10h10** - História e memória do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira História e *História e memória do AMLB: divulga o em cultura*

Bolsista: Larissa Pereira Caetano da Silva (Orientadora: Rosangela Florido Rangel)

#### Mesa 2

**11h** - A gramatiza o no Brasil: língua e constru o da nacionalidade: 1808-1930

*O com acervos: Biblioteca Rui Barbosa e Funda o Biblioteca Nacional*

Bolsista: Jhuly de Jesus Lopes (Orientadora: Laura do Carmo)

**11h10** - A gramatiza o no Brasil: obras de referência: 1808-1930

*Uso e registro: o papel da forma o literária sobre a pesquisa técnica*

Bolsista: João Victor Constantino Siqueira (Orientadora: Laura do Carmo)

**11h20** - A gramatização no Brasil: obras de referência: 1808-1930

A contraditoriedade na apresentação de africanos no dicionário de Macedo Soares

Bolsista: Daiane de Souza Vilela da Silva (Orientadora: Laura do Carmo)

**11h30** - História social das línguas africanas no Brasil: a língua de Angola e a língua geral de Mina

*Diáspora africana: história e língua: uma experiência de uso do Instagram para a divulgação científica*

Bolsista: Mayra São José Corsino (Orientadora: Ivana Stolze)

### **Mesa 3**

**13h50** - A casa de elite fluminense do Brasil oitocentista

*Fazenda Colubandê: memória dos cristãos novos no Rio de Janeiro*

Bolsista: Anna Figueiredo Vanoli (Orientadora: Ana Pessoa)

**14h-** A casa de elite fluminense do Brasil oitocentista

*Fazenda Aurora - Reflexos da Vida Social e Econômica da Elite Cafeeira*

Bolsista: Marcele das Neves Araujo (Orientadora: Ana Pessoa)

**14h10-** História das Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1980 ao século XXI

*A participação social no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC): um contexto histórico*

Bolsista: Bruna Marinho Araújo da Silva (Orientadora: Lia Calabre)

**14h20** - História das Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1980 ao século XXI

*Participação Social e Desafios Institucionais no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC)*

Bolsista: Tamires Mota de Moraes Lima da Costa (Orientadora: Lia Calabre)

### **Mesa 4**

**15h10** - Cultura, Comunicação e Informação na era digital

*Regulamentação do streaming na Câmara dos Deputados*

Bolsista: João Victor Maiani Pereira (Orientadora: Eula Cabral)

**15h20** - Cultura, Comunicação e Informação na era digital

*A Agência Senado e o debate sobre a regulamentação do streaming no Brasil*

Bolsista: Vinícius Silveira Gonçalves Gondra (Orientadora: Eula Cabral)

**15h30** - Gestão de documentos da FCRB: levantamento, organização e acesso de documentos específicos das áreas de arquitetura e engenharia sob a perspectiva do contexto arquivístico.

*Organização de documentos de Arquitetura e Engenharia com Enfoque Arquivístico*

Bolsista: Valéria Peixinho da Silva (Orientadora: Marcia Furriel)

**15h40** - Gestão de documentos da FCRB: levantamento, organização e acesso de documentos específicos das áreas de arquitetura e engenharia sob a perspectiva do contexto arquivístico.

*Gestão de documentos da Fundação Casa de Rui Barbosa*

Bolsista: Felipe das Neves Lacerda (Orientadora: Bianca Panisset)

**15h50** - Estudo da coleção bibliográfica de Rui Barbosa

*Desafios e Práticas de Preservação no Museu Casa de Rui Barbosa*

Bolsista: Vitória dos Santos de Souza (Orientador: Edmar Gonçalves)

**16h** - Estudo da coleção bibliográfica de Rui Barbosa

*O repositório digital do projeto Estudo da Coleção Bibliográfica de Rui Barbosa*

Bolsista: Esther Nascimento Martins do Couto Araújo (Orientador: Edmar Gonçalves)

## Resumos expandidos

Nome: Luíza Tallens de Lima Muhlethaler Chouin

Trabalho: Museu Casa de Rui Barbosa e a relação com o entorno

Curso/Instituição: Museologia / Unirio

Orientadora: Aparecida Marina de Souza Rangel  
Barbosa

Projeto: Perfil opinião: uma análise sobre a experiência de visitação ao Museu Casa de Rui

Fonte de Financiamento: CNPq

Data de ingresso: 18 de setembro de 2023 (em substituição a outra bolsista que iniciou em 10/11/22 e saiu em agosto/2022)

O trabalho apresentado aborda um recorte da pesquisa “perfil-opinião: uma análise sobre a experiência de visitação ao Museu Casa de Rui Barbosa” a partir da variável denominada “local da residência”. O estudo de público se abre para muitas possibilidades, sendo um instrumento de grande relevância para o diálogo da instituição com seu público e, até para o “não-público”. Como um dos resultados desta pesquisa, apresentei em maio, no âmbito da 22<sup>a</sup> Semana Nacional de Museus, a palestra “pesquisa de público: conhecendo nossos públicos”, onde foi possível compartilhar os dados obtidos e refletir sobre permanências e ausências de alguns segmentos de público.

Nesta perspectiva e, buscando analisar outras vertentes deste tema, partimos para identificar os bairros mais recorrentes dos quais o público espontâneo se origina e, paralelamente, restabelecer os laçoes com as escolas do entorno que, habitualmente visitavam o Museu Casa de Rui Barbosa (MCRB) mas, que em função da pandemia de Covid 19, percebemos um afastamento.

As práticas de visitação aos museus são interceptadas por diferentes contextos - históricos, sociais, culturais e econ micos – e, embora esta premissa já tenha sido abordada por Bourdieu em seu clássico estudo *Amor pela arte* (Bourdieu; Darbel. 1966) ao analisar a relação entre o nível de escolaridade e o acesso aos museus de arte, mais de meio século depois os dados de visitação ainda reforçam esta questão. Por outro lado, pesquisas como a desenvolvida por Sibeles Cazelli (2005), em seu doutoramento, demonstram que os equipamentos culturais são apresentados às famílias de baixa renda pelas escolas públicas quando as crianç as, ao retornarem dos passeios escolares, divulgam para seus amigos e parentes a existência dos museus.

Neste estudo identificamos que os bairros da zona Sul da cidade do Rio de Janeiro permanecem com o maior  ndice de visitação, como verificamos em pesquisas anteriores realizadas tanto pelo MCRB quanto por outros estudos, a exemplo do Observatório de



Museus e Centros Culturais (2005; 2009). Contudo, vale questionar se os moradores das comunidades localizadas na Zona Sul estão inseridos nesta estatística. Esta variável não é simples, sua análise demandaria o cruzamento com outros dados ou mesmo, perguntas mais direcionadas. Contudo, em conversas com os visitantes do jardim histórico, cuja metodologia de aplicação de questionário é a entrevista, apontam que essas pessoas moram em ruas próximas ao museu, mas não no Morro Dona Marta, em Botafogo, ou Santo Amaro, no Catete. Assim os dados precisam ser refinados e cruzados para que as análises sejam mais bem estruturadas. Estes dados vão orientar a equipe do MCRB a desenvolver programas e projetos de atração de visitantes de outras localidades e níveis de renda, bem como das escolas do entorno que este espaço seja de fato, mais plural.

## **Bibliografia**

BOURDIEU, P.; DARBEL. **O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público**. São Paulo: Companhia de Letras, 2002.

CALABRE, Lia et al. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, v. 1, p. 87-108, 2007.

CAZELLI, S. *Ciência, cultura, museus, jovens e escola: quais as relações?* 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CAZELLI, S., FALCÃO, D., & VALENTE, M. E. (2018). Visita estimulada e empoderamento: por um museu menos excludente. *Caderno Virtual De Turismo*, 18(1). <https://doi.org/10.18472/cvt.18n1.2018.1488>

DAMICO, J. S.; MANO, S.; KÖPTCKE, L. S. O público escolar do Museu da Vida (1999-2008). *Cadernos Museu da Vida*, n. 2, 1. ed., 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DOS MUSEUS (IBRAM). **Museus em números**. Brasília: Instituto Brasileiro dos Museus, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DOS MUSEUS (IBRAM). **Política Nacional de Museus**. Distrito Federal, 2023.

KOPTCKE, Lucia Sepúlveda; CAZELLI, Sibebe e LIMA, José Matias de. **Museus e seus visitantes: relatório de pesquisa perfil-opinião 2005**. Brasília: Gráfica e Editora Brasil, 2009.

NUERNBERG, João Gabriel Ferreira. **Museu, Jardim e Casa: uma análise afetiva do público do Jardim do Museu Casa de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura Fundação Casa de Rui Barbosa. 2023.

Nome: Milena Gomes Moreira Bezerra;  
Trabalho: Documentação museológica em museus-casa: análise, adaptação e atualização de dados;  
Curso/Instituição: Museologia - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO);  
Orientador: Anna Gabriela Pereira Faria;  
Projeto: Reflexões, processos e trajetória da documentação museológica;  
Fonte de financiamento: FCRB;  
Data de Ingresso no PIC: 2022.

O primeiro registro de inventário do acervo do Museu Casa de Rui Barbosa (MCRB) foi realizado em 1929 por Antonio Joaquim da Costa, que na época exercia a função de porteiro conservador. Neste primeiro registro, foram catalogados 219 objetos presentes no museu. Ao longo dos anos, o inventário expandiu-se de forma a refletir o crescimento da instituição, especialmente com a incorporação de museólogos especializados. A partir desse momento, foram desenvolvidas fichas catalográficas, que passaram por várias atualizações e ajustes ao longo do tempo para acomodar o aumento e a evolução do acervo, que hoje abriga cerca de 1600 objetos. O projeto “Documentação museológica em museus-casa: análise, adaptação e atualização de dados” visa analisar criticamente as fichas catalográficas elaboradas entre 1929 e 2022, refletir os resultados obtidos com a intenção de atualizar as fichas de catalogação do MCRB e facilitar o acesso à informação, bem como estudar meios de ajustar o sistema de inventário e catalogação utilizado no museu de forma que atenda os requisitos do Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados (INBCM).

A pesquisa se iniciou com um primeiro contato com as fichas catalográficas de tamanho A4, elaboradas e preenchidas entre os anos de 1968 e 2001, acondicionadas em pastas de polionda posicionadas em estantes metálicas na Sala de Conservação, situada no segundo andar do museu. Foi proposto, em um primeiro momento, a reorganização desses documentos por tipo de ficha, e então ordená-los por número de registro, em ordem crescente, seguido pela digitalização e armazenamento em um *drive* compartilhado com a orientadora do projeto e demais bolsistas e estagiários. Após o primeiro ano de pesquisa, voltado para um trabalho mais técnico, majoritariamente dedicado à reorganização e digitalização das fichas, o segundo ano tomou um rumo analítico, considerando o volume de fichas catalográficas que não apresentavam identificação do número de registro do objeto descrito. Este obstáculo fez com que fosse necessário realizar uma minuciosa pesquisa, buscando relacionar cada uma das fichas aos objetos descritos.

Ao fim de 21 meses de pesquisa, obteve-se como resultado o total de 3.880 fichas catalográficas cotejadas, das quais 3.746 foram digitalizadas e disponibilizadas no *drive* supracitado. Como forma de cumprir o objetivo de otimizar as ferramentas de busca e recuperação da informação, o ideal é realizar o *upload* destas fichas em uma base de dados ou repositório capacitado que atenda a demanda do projeto. Atualmente o museu faz uso do *software* SophiA Biblioteca para gestão do acervo, plataforma que utiliza uma linguagem voltada para o campo da Biblioteconomia, dificultando a recuperação da informação quando se tratando do acervo museológico. A adoção de um sistema mais adequado para o contexto museológico é uma medida essencial para melhorar o acesso e a gestão do acervo.

Em julho de 2023 a pesquisa, com seus resultados parciais, foi apresentada no Grupo de Trabalho IV: “Conservação Preventiva e Documentação Museológica” no XIII Encontro Nacional de Estudantes de Museologia na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), seguida de uma apresentação em outubro do mesmo ano na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em um evento de comunicação oral organizado pelos discentes do curso de Museologia.

Para etapas futuras do projeto, é esperado que as fichas sejam digitalizadas e carregadas no *drive* compartilhado em sua totalidade, possibilitando uma visão panorâmica da documentação museológica do MCRB a fim de identificar pontos negativos e positivos, bem como consultas aos livros de tombo da instituição de forma a identificar quais são os objetos que não possuem fichas catalográficas.

## Referências

DE ALMEIDA, Álea Santos; RANGEL, Aparecida Marina de Souza. *A metodologia de pesquisa e catalogação dos cômodos do Museu Casa de Rui Barbosa*. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 27, São Paulo, 2019. p. 1-45.

FERREZ, Helena Dodd. *Documentação Museológica: Teoria para uma boa prática*. Recife: IV Fórum de Museus Do Nordeste, 1991.

MAGALHÃES, Rejane Mendes Moreira de Almeida. *Rui Barbosa na Vila Maria Augusta*.

Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2003.

MATOS, Alexandre. *A importância da documentação e gestão das coleções na qualidade e certificação dos Museus*. Ensaios e práticas em Museologia 01. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2011. p. 5-22.

RANGEL, Aparecida Marina de Souza. *Museu Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Nome: Joana Sousa Lira  
Trabalho: Divulgação em culturas - AMLB  
Curso / Instituição: Letras – Português e Literaturas / Universidade Federal Fluminense  
Orientadora: Rosângela Florido Rangel  
Projeto: História e Memória do AMLB: AMLB 50 anos  
Fonte de financiamento: Fundação Casa Rui  
Período: setembro de 2023 a agosto de 2024: 2º ano

A apresentação tem por objetivo discorrer brevemente sobre os autores trabalhados durante o segundo ano do projeto “História e Memória do AMLB: AMLB 50 anos”, Luís Jardim, João Cabral de Melo Neto, Maria José de Queiroz, Maria Julieta Drummond de Andrade, Trudi Landau e Zora Seljan. Ademais, será apresentada a divulgação de dois desses autores em forma de vídeos curtos (reels).

Luís Jardim nasceu em Garanhuns – Pernambuco, em 1921. Ele foi um ilustrador e escritor renomado. Como ilustrador, Jardim ilustra, no ano de 1934, a obra *Guia Prático, Histórico e Sentimental da cidade do Recife*, de Gilberto Freyre e *Anuario de Pernambuco* suplemento do Diário da Manhã e da Tarde, o *Guia de Ouro Preto* de Manuel Bandeira e *Aparência do Rio de Janeiro* de Gastão Cruis. Como escritor, o autor ganhou prêmios como: primeiro lugar no Concurso de Literatura Infantil do Ministério da Educação e Cultura (1937) e Prêmio Humberto de Campos (1938).

João Cabral de Melo Neto foi poeta e diplomata renomado. Ele nasceu em 1920, no Recife. Neto publicou, ao longo da vida, as obras *Pedra do Sono* (1942), *Antologia poética* (1965), *A educação pela pedra* (1966) e *Morte e vida severina e outros poemas em voz alta* (1966), *Museu de tudo* (1975), *A escola das facas* (1980) entre outras. Na prosa, o autor escreveu *Considerações sobre o poeta dormindo* (1941), *Joan Miró* (1950), *Aniki Bobó* (1958), *O arquivo das Índias e o Brasil* (1966), *Prosa* (1998).

Maria José de Queiroz nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais no ano de 1936. Ela recebeu, ao longo da vida, diversos prêmios como: Prêmio Silvio Romero de Ensaio da Academia Brasileira de Letras, Prêmio Pandiá Calógeras de Erudição, da Secretaria do Estado de Minas Gerais entre outros. Queiroz, em 1968, é eleita para ocupar a cadeira nº 40 da Academia Mineira de Letras. Além disso, a autora publicou as obras *Como me contaram, fábulas histórias* (1973), *Ano novo vida nova* (1978), *Homem de sete partidas* (1980), *Joaquina, filha de Tiradentes* (1987), *Sobre os rios que vão* (1990), *Amor cruel, amor vingador* (1996), *Vladslav Ostrov, príncipe de Juruena* (1999) e *O livro de minha mãe* (2014). Em 2023, a escritora falece aos 89 anos em Lagoa Santa, Minas Gerais.

Maria Julieta Drummond de Andrade, filha de Carlos Drummond de Andrade e Dolores Dutra de Moraes nasceu, em 1928, em Belo Horizonte. Além de trabalhar como tradutora, a escritora atuou como cronista de 1977 a 1987 no Segundo Caderno do jornal O Globo. Ela publicou as obras *A busca* (1946), *Um buquê de alcachofras* (1980), *O valor da vida* (1980), *Loló e o computador* (1986) e *Gatos e pombo* (1986).

Gertrud Joseph Landau, mais conhecida como Trudi Landau, teve como um de seus principais correspondentes, Carlos Drummond de Andrade, essas cartas, inclusive, foram publicadas na obra *Carlinhos querido* em 1992. Landau nasceu na cidade de Colônia, Alemanha em 1920. Aos 26 anos, Trudi se casa com Jeannot Landau e se muda para o Brasil. Além da obra *Carlinhos querido*, Landau publica também *Crônicas do meu tempo* (1981) e *O que faltava contar: Vlado Herzog* (1986).

Por último, como já mencionado, a apresentação será finalizada com vídeos curtos (reels) contendo algumas informações, trabalhos, curiosidades de alguns autores trabalhados no período dando continuidade a sugestão proposta durante o primeiro ano da bolsa e em concordância com o objetivo central do projeto *História e Memória do AMLB: AMLB 50 anos* que consiste em divulgar o acervo do AMLB.

#### **Referências:**

VERISSIMO, Bruno Pereira. **O Design de Luís Jardim: Ilustrações e Artes Gráficas para a Imprensa Periódica Pernambucana do começo do Século XX**. 2020. 231 f. Dissertação (Mestrado em Design) – UFPE, Pernambuco.

MELO NETO, João Cabral. **A educação pela pedra e outros poemas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

BARBOSA, Maria Lucia. **História e Memória na Ficção de Maria José de Queiroz**. 2018. 155 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ALMEIDA, Elizama. **O valor da vida: Maria Julieta**. Disponível em: <https://cronicabrasileira.org.br/autores/17850/maria-julieta-drummond-de-andrade>. Data da consulta: 08/08/2024 às 20:00.

Mulheres no Acervo do Museu Judaico de São Paulo. Disponível em <<https://mu.j.museujudaicosp.org.br/exposicoes/mulheres-no-acervo/>>. Acesso em: 20 ago. 2024

Nome: Larissa Pereira Caetano da Silva  
Trabalho: História e memória do AMLB: divulgação em cultura  
Curso/Instituição: Letras - Português e Espanhol - UFRJ  
Orientador: Rosângela Florido Rangel  
Projeto: História e memória do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira  
Fonte de financiamento: FCRB  
Data de Ingresso no PIC: abril de 2024

O projeto *História e Memória do AMLB: divulgação em cultura* é parte do projeto geral *História e Memória do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira* que ao reconhecer que o AMLB é um patrimônio literário do país, tem por objetivo fazer o levantamento e estudo do acervo relacionado à sua história. O projeto prevê o exame da produção na área diretamente vinculada às atividades desenvolvidas pelo Arquivo-Museu durante o período de 1972 a 2021, mais especificamente a sua produção impressa relacionada à divulgação de seu acervo literário.

Durante o período compreendido entre os meses de abril a agosto de 2024, as atividades realizadas foram voltadas para os inventários do Arquivo Hélio Pellegrino, Arquivo Adalgisa Nery e Arquivo Rosário Fusco e também para a organização do Dicionário de Pseudônimos e do Mapa Literário. Os resultados alcançados nesse período foram:

Publicação do Inventário do Arquivo Hélio Pellegrino.

Realização do evento “Em torno de Hélio Pellegrino: centenário” em 28 de agosto de 2024.

Elaboração e revisão bibliográfica do Inventário do Arquivo Adalgisa Nery.

Elaboração e revisão bibliográfica do Inventário do Arquivo Rosário Fusco.

Digitalização e revisão do Dicionário de Pseudônimos.

Postagem do Mapa Literário na internet.

Transcrições das entrevistas dos 50 anos do AMLB para futura publicação de um livro.

Referências bibliográficas e documentais:

BRASIL, Bruno. **Adalgisa: Augúrio, alento, amor**. BN Digital, seção Literatura, 7 de junho de 2021.

CASTRO, Larissa Leão de. **A coragem de Hélio Pellegrino de romper o silêncio na**

**psicanálise: implicações teóricas, éticas e políticas.** 2021. 231 f., il. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

Guia do acervo do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira / coordenação: Eliane Vasconcellos e Laura Regina Xavier – Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012. 224p. Disponível em:

<<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003085&Pesq=ros%c3%a1rio%20fusco&pagfis=40969>>.

**FENSKE**, Elfi Kürten (pesquisa, seleção e organização). *Adalgisa Nery - entre as letras e a política*. Templo Cultural Delfos, setembro/2021. Disponível em: <https://www.elfikurten.com.br/2013/05/adalgisa-nerly.html> (acessado em 29/08/2024).

**MACHADO**, Anthony Heden. **Rosário Fusco e o estado novo**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Literatura, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91764>>.

**MELLO**, Ramon Nunes de. **Lembre-se da mulher triste - o caso Adalgisa Nery**. (Dissertação Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2017. Disponível em: <<https://posvernaculas.letras.ufrj.br/quadrenio-2020-2017/>>.

**MORAIS**, Rosana de, 1976- O essencialismo na história de Ismael Nery / Rosana de Moraes. - São Paulo, 2017. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Instituto de Artes.

**PIRES**, Paulo Roberto. **Biografia**. L. C. Frota (Ed.), Arquivinho de Hélio Pellegrino (1st ed.). Bem-Te-Vi. 2004.

S/N. Galeria dos Escritores Brasileiros *Adalgisa Nery*. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 14 jun. 1970. Disponível em:

[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_06&pesq=adalgisa%20nery&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=85207](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&pesq=adalgisa%20nery&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=85207)

**WERNECK**, Ronaldo; **BRANCO**, Joaquim. Rosário Fusco: “O escritor brasileiro é um super camêlo”. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 1976, p.10-14. Disponível em:

<<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=124745&Pesq=ros%c3%a1rio%20fusco&pagfis=12502>>.



Nome: Jhuly de Jesus Lopes  
Trabalho: O trabalho com acervos: Biblioteca Rui Barbosa e Fundação Biblioteca Nacional  
Curso/Instituição: Licenciatura em História/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
Orientador: Laura do Carmo  
Projeto: Gramatização no Brasil: obras de referência: 1808-1930  
Fonte de financiamento: CNPq  
Data de Ingresso no PIC: 2022

O presente trabalho tem como objetivo principal apresentar as atividades desenvolvidas ao longo dos dois anos do projeto “Gramatização no Brasil: obras de referência: 1808-1930”. O projeto visa a constituir uma coleção de obras lexicográficas produzidas entre 1808 e 1930, identificadas por meio das bases digitais da Fundação Casa de Rui Barbosa (Biblioteca Rui Barbosa e Biblioteca São Clemente) e da Fundação Biblioteca Nacional (FBN). A escolha das bases de dados da Fundação Biblioteca Nacional, além das da Fundação Casa de Rui Barbosa, justifica-se pela interação do projeto com seu congêneres “A gramatização no Brasil: língua e construção da nacionalidade no acervo da Biblioteca Nacional – 1808 a 1930”, desenvolvido na FBN. Na FBN, a coleção é composta por gramáticas e dicionários.

O recorte temporal, compreendido entre 1808 e 1930, busca abranger as obras lexicográficas publicadas desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil até a década de 1930, período em que foram elaborados, no Brasil e por brasileiros, os primeiros dicionários de língua portuguesa, marcando o início de uma nova fase da lexicografia da língua portuguesa no Brasil.

Além de relatar as atividades realizadas, o propósito desta apresentação é informar sobre a tarefa de pesquisa nos acervos, desenvolvida ao longo dos dois anos de projeto. Serão apresentadas as bibliotecas utilizadas, como se dá o acesso às bases de dados e a consulta das obras. Também será detalhado o processo de construção da pesquisa e, no contexto do projeto, as modificações ocorridas ao longo do percurso. Apresentaremos as etapas do trabalho, como o primeiro contato com os acervos, a análise e elaboração de Quadros de Elementos Descritivos das obras, buscas sobre os dicionários em repositórios digitais, aquisição destes em formato PDF, entre outras tarefas.

Será, também, examinado um dos produtos da pesquisa: o dossiê temático “Gramáticas e dicionários do português” a ser publicado pela FBN, em parceria com a FCRB. Este dossiê reúne obras lexicográficas disponíveis nos acervos da FCRB e da FBN e gramáticas disponíveis nos acervos da FBN, publicadas no período compreendido pela

pesquisa (1808-1930). A coleção vem sendo elaborada em colaboração com os bolsistas PIC e PIPC, bem como os coordenadores e pesquisadores da FCRB e da FBN. Examinaremos, enfim, o que é o dossiê, o que o compõe e como a análise das obras, o preenchimento dos Quadros de Elementos Descritivos, a busca nos repositórios digitais e a organização das obras culminaram em sua criação.

## **Referências**

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Ministério da Cultura. Sobre a FBN. s/d. Disponível em: [www.gov.br/bn/pt-br/aceso-a-informacao-2/institucional/sobre-a-fbn](http://www.gov.br/bn/pt-br/aceso-a-informacao-2/institucional/sobre-a-fbn). Acesso em: 3 set. 2024.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Ministério da Cultura. Biblioteca de Rui Barbosa. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/atuacao/acervos/biblioteca-de-rui-barbosa>. Acesso em: 3 set. 2024.

Nome: João Victor Constantino Siqueira

Trabalho: Uso e registro: o papel da formação literária sobre a pesquisa técnica

Curso/Instituição: Licenciatura em História/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Orientador: Laura do Carmo

Projeto: A gramatização no Brasil: obras de referência: 1808-1930

Fonte de financiamento: CNPq

Data de Ingresso no PIC: 2022

Este trabalho tem como objetivo relatar as atividades de busca e pré-catalogação realizadas no acervo da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e comentar o papel da formação literária para o desenvolvimento das atividades de pesquisa do projeto, relacionando-a com o trabalho técnico e a elaboração de estudos autorais pelos bolsistas.

A partir do livro *Dicionários parentes e aderentes: uma bibliografia de dicionários, enciclopédias, glossários, vocabulários e livros afins em que entra a língua portuguesa*, de Átila de Almeida, eu e a bolsista Daiane Villela fizemos um levantamento de títulos a serem procurados no acervo da FBN e na FCRB. Seguindo os critérios estabelecidos para a coleção a ser elaborada pelo projeto<sup>1</sup>, essa primeira lista passou por uma série de triagens e reconfigurações, resultando numa relação das obras que foram encontradas e das que permanecem indisponíveis. Os títulos recuperados foram pré-catalogados por meio do Quadro de Elementos Descritivos, desenvolvido pela pesquisadora Darlene Alves Bezerra, integrante do projeto “A gramatização no Brasil: língua e construção da nacionalidade no acervo da Biblioteca Nacional – 1820 a 1930”.

Em seguida, apresentarei o plano de formação literária proposto pela nossa orientadora, Laura do Carmo. Realizado em encontros sazonais, o objetivo é promover o contato dos bolsistas com as obras de ficção contemporâneas aos dicionários estudados, identificando exemplos de uso dos léxicos descritos e ampliando o repertório documental sobre o período estudado. Por meio de uma cronologia dos encontros e dos títulos escolhidos, discutirei a relação da leitura das obras com alguns dos trabalhos desenvolvidos por nós, atentando para o potencial do discurso dicionarístico como instrumento de leitura do discurso literário e vice-versa. Como exemplo, há a relação da leitura do romance *O Cabeleira*, de Franklin Távora, e *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, com o estudo que desenvolvi sobre a acepção das palavras *sertão* e *sertanejo*.

---

<sup>1</sup> Dicionários monolíngues de língua portuguesa, dicionários bilíngues de português e línguas africanas e dicionários bilíngues de português e línguas indígenas brasileiras, publicados entre 1808 e 1930.

A apresentação conjunta de atividades aparentemente dispersas demonstra uma experiência concreta de associação da pesquisa com a formação sociocultural dos bolsistas. Esse imbricamento contribui para a formação de reflexões críticas e autorais sobre o projeto e os contatos interdisciplinares que ele estabelece nas humanidades.

### **Referências bibliográficas**

ALMEIDA, Átila. *Dicionários parentes e aderentes: uma bibliografia de dicionários, enciclopédias, glossários, vocabulários e livros afins em que entra a língua portuguesa*. João Pessoa: Funape: Nova Estela, 1988.

BEZERRA, Darlene Alves. *Manual de preenchimento do Quadro de Elementos Descritivos*. Rio de Janeiro, 2023. Não publicado.

CORREA, Irineu Eduardo Correa Jones; JERONIMO, Maria Cristina Antonio. *A gramatização no Brasil: língua e construção da nacionalidade no acervo da Biblioteca Nacional – 1808-1930*. Relatório encaminhado à Faperj em fev. 2023.

QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

TÁVORA, Franklin. *O Cabeleira*. Lisboa: Atlântico Press, 2015.

Nome: Daiane de Souza Villela da Silva  
Trabalho: A contraditoriedade na apresentação de africanos no dicionário de Macedo Soares  
Curso/Instituição: Letras: Português e Literaturas de Língua Portuguesa – UFRJ  
Orientador: Laura do Carmo  
Projeto: A gramatização no Brasil – obras de referência: 1808-1930  
Fonte de financiamento: CNPq  
Período: 2022

O presente estudo tem como objetivo analisar o *Dicionário brasileiro da língua portuguesa* de Antônio Joaquim de Macedo Soares, publicado em 1889 no Rio de Janeiro pelos *Anais da Biblioteca Nacional* até a palavra *candieiro*. Especificamente, explorar o caráter pró-abolicionista do autor dentro da obra, através de informações contidas nos verbetes que chamam a atenção pela escolha de vocabulário e pelos exemplos de uso e abonações selecionadas pelo lexicógrafo que remetem à conjuntura escravista.

Segundo Evaristo de Moraes, Macedo era “prematuramente abolicionista, quando muitos outros amigos dos escravos não passavam de emancipacionistas”<sup>2</sup>, no sentido que, enquanto Macedo defendia a abolição, isto é, o fim da mão de obra escrava, outros defendiam medidas que concediam certa liberdade para os escravizados, mas não o fim da prática por completo.

Macedo Soares torna-se uma figura de bastante relevância à medida que, em sua obra lexicográfica, denuncia a opressão e a exploração de povos colocados como subcategorias dentro daquela sociedade escravista. Verbetes como *abolicionista*, *amo* e *bacalhão* revelam, de forma muito contundente, o posicionamento do lexicógrafo em discordância ao sistema escravagista vigente, além de realizar, explicitamente, uma denúncia social. A denúncia e o registro dos maus-tratos a escravizados estão presentes em abonações de uso.

O fato de ser um abolicionista não significa, de todo modo, que o lexicógrafo aceitava a cultura dos povos escravizados, principalmente, se o contexto histórico for levado em consideração. O autor apresenta juízo de valor depreciativo quando em relação às culturas africanas e, inclusive, indígenas, também através da seleção de itens lexicais e de exemplos de uso e abonações que inferiorizam os hábitos dessas pessoas, como pode ser visto em verbetes como *batuque*, *cachambú*, *bambá* e *agir*.

---

<sup>2</sup> MORAIS, Evaristo de. Palavras de simples apresentação. In: MACEDO SOARES, Julião Rangel de. *Campanha jurídica pela libertação dos escravos –1867 a 1888*. sem paginação.

Em vista disso, esta pesquisa pretende apresentar um “retrato” de Macedo Soares dentro da obra lexicográfica em questão. Um homem pró-abolicionista e, ao mesmo tempo, um crítico dos costumes não-europeus, sobretudo, das tradições africanas e, em certa medida, dos modos indígenas, sem excluir, em todo caso, a sua relevância na defesa do direito à liberdade dessas pessoas.

#### **Dicionário consultado:**

SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. *Diccionario brasileiro da lingua portugueza*. Rio de Janeiro. Anais da Biblioteca Nacional, 1889.

#### **Referências bibliográficas:**

CARMO, Laura do. Africanos e descendentes em dicionários. *In*: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (org.) *História social da língua nacional 2: diáspora africana*. Rio de Janeiro: Nau, 2014. p. 165-182.

CARMO, Laura do. *O léxico do Brasil em dicionários de língua portuguesa do século XIX*. 2015. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CUNHA, André Gustavo Lescovitz. *Antônio Joaquim de Macedo Soares e o reformismo imperial na crise da escravidão – década de 1870*. 2020. Tese (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

MORAIS, Evaristo de. Palavras de simples apresentação. *In*: MACEDO SOARES, Julião Rangel de. *Campanha jurídica pela libertação dos escravos – 1867 a 1888*. Rio de Janeiro: Liv. J. Olympio Editora, 1938.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Nome: Mayra São José Corsino  
Trabalho: Diáspora africana: história e língua: uma experiência de uso do Instagram para a divulgação científica  
Curso/Instituição: História - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Orientador: Ivana Stolze Lima  
Projeto: História social das línguas africanas no Brasil: a língua de Angola e a língua geral de Mina  
Fonte de financiamento: CNPq  
Período: 2023

O perfil Diáspora Africana: História e Língua (@historiaelingua) tem como objetivo a divulgação científica de longa trajetória de pesquisa sobre a história social das línguas africanas no Brasil na plataforma Instagram. O projeto conta também com uma "biblioteca" que utiliza a ferramenta Zotero para compilar documentação, bibliografia, audiovisuais, bem como produtos anteriores da pesquisa, da qual o perfil do Instagram se alimenta. A metodologia básica consiste em realizar fichamentos dos itens a serem divulgados, partindo de uma compreensão aprofundada, para então elaborar textos sintéticos, orientados por conceitos básicos da pesquisa, como colonização linguística, a formação da língua nacional, a diversidade linguística na história do Brasil, diáspora africana, etnicidades africanas, dentre outros. Procuramos observar outros perfis de divulgação de história para entender as melhores dinâmicas e linguagens. Inicialmente, foi definida uma identidade visual e elaborado um plano de postagens, visando certa regularidade das publicações. As postagens em geral são organizadas com carretéis de textos curtos, imagens e em alguns casos, trechos de vídeo (*reels*), indicando também a bibliografia utilizada. Elaboramos também legendas apresentando cada publicação. Usamos o formato *story* para chamar atenção para as postagens. Entre abril, quando o perfil foi lançado, e o momento presente, foram feitas 14 publicações, sendo 7 delas elaboradas por mim. Atualmente, o perfil conta com cerca de 140 seguidores, com um certo grau de engajamento através de comentários e compartilhamentos. As postagens são feitas em colaboração (*collab*) com o perfil da orientadora e outros autores dos trabalhos divulgados, como estratégia para ampliação da rede de adesão.

A primeira publicação se dedicou a um conto de Chimamanda Adichie, para uma discussão sobre o conceito colonização linguística a partir do povo Ibo na Nigéria. Elaborei em seguida duas postagens para discutir o conceito de língua nacional e de língua brasileira na Independência, com dicas de leitura (textos da orientadora e outros autores de referência). Elaborei também dois posts para divulgação do livro *Diáspora mina*:

*africanos entre o Golfo do Benim e o Brasil*, bem como do seminário que deu origem ao livro, cuja gravação encontra-se reunida em canal no Youtube intitulado Diáspora mina, organizado por bolsista anterior. O perfil propôs ainda um sorteio de exemplares do livro, para estimular o engajamento, que ainda será realizado. Outra postagem dedicou-se a divulgar um vídeo produzido por bolsista anterior discutindo o estereótipo da diversidade linguística africana como incomunicabilidade. Dessa forma, temos um leque de materiais a serem apresentados ao público.

Alguns problemas têm me acompanhado na construção de conteúdos, como a dificuldade de elaboração de textos em linguagem sintética. Além disso, a dispersão característica das redes sociais é também um desafio, reduzindo o tempo a ser dedicado à leitura necessária para a divulgação científica. Com essas dificuldades, a regularidade não tem sido mantida, pois o projeto tem como prioridade a qualidade e consistência da preparação do material. Minha participação no projeto, além do enfoque na área digital, me aproximou dos debates sobre a dimensão linguística da formação social do Brasil. Neste momento, tenho procurado reler materiais para uma melhor compreensão da diáspora africana da área da Costa da Mina, visando a elaboração de textos que reúnam ao mesmo tempo profundidade, concisão e clareza para um público mais amplo.

### **Referências Bibliográficas**

ADICHIE, Chimamanda. A historiadora obstinada. In: *No seu pescoço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ELIAS, Cristiane. “Obra Nova da Língua Geral de Mina”: uma comunicação entre africanos e com africanos. Trabalho apresentado na 9a. Jornada de Iniciação Científica da FCRB, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i5XN-GfggBI>. Acesso em 15/06/2024.

FARIAS, Juliana.; RODRIGUES, Aldair.; LIMA, Ivana Stolze (org). *A diáspora mina: africanos entre Golfo do Benim e o Brasil*. Rio de Janeiro: NAU, 2020.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Nheengatu: a outra língua brasileira. In: Lima, Ivana Stolze e Carmo, Laura (org.) *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: FCRB, 2008.

GUISAN, Pierre. Língua: a ambiguidade do conceito. In: BARRETTO, M; SALGADO, M. (org.) *Sociolinguística no Brasil*. Rio de Janeiro: 7LETRAS/FAPERJ,



2009. p. 266.

LIMA, Ivana Stolze. A língua brasileira na Independência. *Blog das Independências*. ANPUH, 2022. Disponível em: <<https://www.historiaaberta.com/post/a-lingua-brasileira-na-independencia>>. Acesso em 03/04/2024.

HOUNOUVI, Christian. Apresentação na *Segunda live de lançamento do livro A diáspora Mina*. Canal IFCH-UNICAMP. Disponível em ><https://www.youtube.com/watch?v=ggj9pOrfegI&t=4132s>. Acesso em 30/072024.

Nome: Anna Figueiredo Vanoli  
Trabalho: Fazenda Colubandê: memória dos cristãos novos no Rio de Janeiro  
Curso/Instituição: Museologia – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Orientador: Ana Pessoa  
Projeto: A Casa de Elite Fluminense do Brasil Oitocentista  
Fonte de financiamento: CNPq  
Data de Ingresso no PIC: outubro de 2023 a agosto de 2024 – 1º ano

O estudo das casas senhoriais oitocentistas fluminenses é muitas vezes insuficiente, vide os aspectos formais e decorativos; a história e sociabilidade de proprietários, em detrimento do valor inegável das casas enquanto documento e patrimônio material nacional. Ademais, a falta de divulgação contribui para a ruína dos imóveis, não obstante o tombamento. O projeto “A Casa Senhorial”, coordenado na frente brasileira por Ana Pessoa, age nessas duas questões.

Nesse âmbito, opta-se pela apresentação da Fazenda Colubandê, engenho formado por casa sede (século XVIII) e capela (século XVII), em São Gonçalo. Tida enquanto rara remanescente de tipo colonial alpendrado por nomes como Gilberto Freyre e Joaquim Cardoso, a Fazenda passa, a partir de 2012, por abandono, depredação e saque. Só em 2021 sua segurança é retomada, e em 2024 restaura-se o conjunto, visitado pelo grupo de pesquisa, acompanhado de Mauro Pazzini, Assistente Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A casa sede aparta-se da capela por um grande pátio, elevando-se do solo sobre porão habitável. Internamente, a casa organiza-se em torno de um pátio central alpendrado, que abriga um poço. A fachada frontal da casa possui, em forma de “U”, uma varanda de colunas toscanas, com bancos e elementos decorativos intercolúnios. Contígua à varanda há uma sala central, lugar de socialização mais nobre da casa, provavelmente presente em sua primeira configuração (CARDOSO, 1943). O telhado é amplo, com detalhes nas molduras e bordas proporcionais. Há também, à direita da casa, uma escada de dois lances com guarda corpo em alvenaria. Cardoso (1943) marca os alpendres - influência dos claustros franciscanos- e escadas como os elementos mais reconhecíveis na fisionomia das casas lusitanas e brasileiras.

A Colubandê remonta aos séculos XVII e XVIII, auge do ciclo açucareiro no Recôncavo da Guanabara, sendo um caso representativo das heranças coloniais para o Brasil e dos fatores sociais e econômicos que servem de antessala para a elite oitocentista. Um deles é a expropriação dos cristãos-novos (descendentes dos judeus forçados a se converter ao cristianismo pelo rei D. Manoel em 1497), parte expressiva da elite: cerca

de 20% dos 101 engenhos da região pertenciam a esse grupo (GORENSTEIN, 2008). O segundo proprietário da Colubandê, Duarte Ramires de Leão, era cristão novo, descendente de Ishack Naar, judeu expulso de Castela em 1492 (DINES, 1992). Sua neta (Ana do Vale), bisnetos e demais descendentes foram presos e expropriados, torturados nos Estaús e condenados ao cárcere e uso de hábito perpétuo pelo Tribunal do Santo Ofício em Lisboa, em sentenciamento público, o Auto de Fé de 26 de julho de 1711, segundo Auto brasileiro.

A família Vale, secretamente praticante de ritos judaicos (isto é, criptojudia), manteve, durante quatro gerações, notável papel socioeconômico como parte da elite escravista e latifundiária, possuindo pelo menos quatro engenhos além de Colubandê (em Irajá, Pavuna, Jacutinga e Cabo Frio), dois confiscados e leiloados. Muitos dos engenhos tomados são então arrematados por militares, recém-saídos do conflito com os franceses. É o caso da Colubandê, pelo Capitão Félix Madeira de Gusmão, também comprador do engenho vizinho, Vera Cruz, confiscado de um inimigo dos Vale, João Dique, garroteado e queimado no Auto de Fé de 1714.

A pesquisa seguiu no intuito de entender as características dessa elite cristã-nova, especialmente o clã Vale e seu legado. Investiga-se a identidade e a organização da família enquanto criptojudia e cristã nova, a importância da mulher criptojudia e a prevalência, por um lado, da endogamia, e por outro da mestiçagem, além das redes de sociabilidade, de aprendizagem dos ritos judaicos, a moradia, as amizades e inimizades dos clãs, e no que diz respeito à influência do Santo Ofício em todos esses fatores.

Como resultados, tem-se maior entendimento da memória cristã-nova no Rio de Janeiro, sobretudo do clã Vale, representado na seção “cronologia e proprietários” da página-perfil da Fazenda (<https://acasasenhorial.org>) e revisão de sua página da Wikipedia, mais acessada em pesquisas casuais. Vê-se também a abertura para novos estudos: há evidência de que a Colubandê não seria o único edifício fluminense de cristãos-novos a sobreviver: o Engenho da Taquara, em Jacarepaguá (já no site A Casa Senhorial), antigo Engenho Real D’Água ou da Serra, pertenceu a Manuel de Paredes, cristão novo conhecido dos Vale.

## **Referências Bibliográficas**

ABREU, Maurício de Almeida. Banco de Dados da Estrutura Fundiária do Recôncavo da Guanabara. Disponível em: <<https://mauricioabreu.com.br/escrituras>>. Acesso em: 18 set. 2024.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Processo de Ana do Vale.  
Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2304123>>. Acesso em: 18 set. 2024.

DINES, Alberto. *Vínculos do Fogo I: Antônio José da Silva, o Judeu, e outras histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GORENSTEIN, Lina. O Criptojudaísmo Feminino no Rio de Janeiro (Séculos XVII e XVIII). *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 37, 2008, n. 2. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/3048>. Acesso em: 21 set. 2024.

Nome: Marcele das Neves Araújo  
Trabalho: Fazenda Aurora - Reflexos da Vida Social e Econômica da Elite Cafeeira  
Curso/Instituição: Arquitetura e Urbanismo - UFRJ  
Orientador: Ana Pessoa  
Projeto: A casa de elite fluminense do Brasil oitocentista  
Fonte de financiamento: CNPq  
Data de Ingresso no PIC: 2023

Essa comunicação se inscreve no projeto A casa de elite fluminense no Brasil oitocentista, voltado para estudo de residências rurais e urbanas no Estado do Rio de Janeiro do século XIX, por meio de análise de conjunto relevante de edifícios históricos, que representem as transformações estéticas e funcionais do período, abordando também as redes de sociabilidade de seus proprietários e construtores.

Durante o Segundo Reinado, com a intensificação da comunicação e trocas comerciais, ampliou-se a difusão de novos padrões culturais e estéticos em voga nas grandes metrópoles europeias. E os fazendeiros de café desempenharam um papel crucial na propagação dessa imagem importada, adotando modelos de vida compatíveis com sua posição social de destaque na elite rural.

A fazenda Aurora é um dos exemplos que ilustra indubitavelmente como o imaginário europeu era traduzido na realidade social e econômica da elite cafeeira oitocentista no Brasil. Com sua arquitetura neoclássica, a fazenda é um exemplo emblemático da importação dessa estética estrangeira, adaptada ao contexto rural brasileiro do século XIX, no auge da economia cafeeira.

A propriedade foi construída em 1862 por Francisco Pereira da Costa Vieira, um açoriano que se estabeleceu no Brasil e casou-se com Gertrudes Maria Custódia, de Araruama. A fazenda foi mantida na família sendo passada para descendentes diretos por várias gerações até 1898, quando foi vendida.

Situada em Araruama, a fazenda é vestígio de padrões arquitetônicos inspirados nos modelos europeus. A fazenda possui um conjunto arquitetônico composto por três edifícios distintos: a senzala, o engenho e a Casa Grande, estando esse último posicionado de frente para a rodovia RJ-124, conhecida como Via Lagos.

As características neoclássicas da fazenda aurora são evidentes em sua fachada, extremamente simétrica, organizada por pilastras, tendo seu corpo central coroado por um frontão triangular que o destaca. No interior da casa também é possível encontrar elementos que a consagram como um exemplar requintado: os tetos em cômodos de caráter mais social são adornados com estuque, apurada técnica decorativa

muito praticada em Portugal. Além dos adornos, a casa também conta com pinturas parietais em numerosos cômodos. ] Segundo o restaurador Orlando Ramos Filho, as pinturas revestem as paredes no quarto do primeiro pavimento, na forma de barrado; no hall superior da escada, no contorno do desenvolvimento da escada; no hall inferior da escada; no corredor de trânsito do pavimento térreo; e reminiscência de barrado em um dos quartos do andar térreo. Cabe registro a presença de três medalhões com paisagens urbanas europeias acompanhando a escada.

Nos ambientes sociais da casa, os grandes salões, é provável que a renovação do reboco da fazenda tenha resultado na perda das pinturas originais, cuja existência é quase certa, considerando a importância desses espaços.

Sua arquitetura e projeto decorativo buscam refletir o poder econômico e influência social de seus proprietários ao mesmo tempo que se adapta ao contexto rural, legitimando assim sua imponência. A análise da planta da fazenda revela sua organização interna, com ambientes e seus respectivos usos, refletindo a hierarquia social e funcional a qual ela atendia na época.

Sua organização programática e decoração reforçam ainda mais a relevância do aspecto social no pensamento da época, destacando o papel crucial das interações sociais no modo de viver da elite. O setor social da casa era muito valorizado e desempenhava um papel central em seu programa, pois receber visitas e recepcionar eventos eram maneiras de confirmar a imagem de poder e prestígio buscadas pela elite. Essas interações sociais consolidavam a posição elevada dos proprietários na hierarquia social, tornando o espaço um importante instrumento de demonstração de status e influência.

### **Referências bibliográficas:**

ANDRADE, Carlos Fernando De Souza Leão. Projeto Executivo para Restauração da Fazenda Aurora: pesquisa histórica e iconográfica. Rio de Janeiro: Urbanacon, 2023.

BIASE, Teresa De; MONTEIRO, Maria Cristina. Inventário de bens imóveis. Rio de Janeiro: INEPAC, 1999.

RAMOS FILHO, Orlando. Fazenda Aurora: identificação e descrição das pinturas parietais. Datiloscrito, s/d

VERAVISTA, Sérgio. Fazenda Aurora: Resumo Histórico. Fazendas Antigas, 2021. Disponível em: <https://fazendasantigas.com/fazenda/detalhes/273>. Acesso em: 21 set. 2024.

Nome: Bruna Marinho Araújo da Silva  
Trabalho: A participação social no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC): um contexto histórico;  
Curso/Instituição: Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social/UFRJ;  
Orientadora: Lia Calabre  
Projeto: História das Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1980 até o século XXI;  
Fonte de financiamento: CNPq;  
Data de Ingresso no PIC: Outubro de 2023.

O trabalho faz parte do projeto “História das Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1980 até o século XXI”. Seu objetivo é investigar a atuação da participação social na história do CNPC, criado na década de 1990 e reestruturado em 2005. Como uma forma de compreender melhor os contextos histórico-políticos, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental sobre os conselhos de cultura surgidos nas décadas de 1930 e 1960. O primeiro foi o Conselho Nacional de Cultura (CNC), criado pelo Decreto-Lei nº 526/38, mas que não chegou a funcionar. Em 1961, com o Decreto nº 50.293/61, a composição se restringiu aos presidentes e secretários-gerais de Comissões Nacionais dedicadas a aspectos pontuais da cultura. No ano seguinte o Decreto nº 771/62 estabeleceu a escolha de 7 membros por meio do Presidente da República de pessoas “consagradas ao problema da cultura”.

Com o golpe militar de 1964, o CNC foi extinto e, em 1966, foi criado o Conselho Federal de Cultura (CFC) pelo Decreto-Lei nº 74/66. Os 24 conselheiros desse novo conselho eram personalidades importantes da cultura brasileira e de reconhecida identidade (Cunha Filho, 2008), como Rachel de Queiroz, Ariano Suassuna, entre outros (Calabre, 2009), em nenhuma das versões do CNC ou do CFC houve a participação da sociedade civil. Até a década de 1970, os assuntos da cultura não eram tratados em um ministério próprio. Em 1985 foi criado o Ministério da Cultura, por meio do Decreto nº 91.144/85. O CFC, transferido para o recém-criado Ministério da Cultura (MinC).

Com a Constituição de 1988, surgem grandes expectativas para a presença da população nos debates acerca das políticas no país. Em 1990, porém, o MinC é extinto e a pasta da cultura é rebaixada à Secretaria por meio da Lei nº 8.028/90. O CFC foi extinto e em seu lugar criado o Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC). O Decreto nº 99.244/90 dispôs das suas competências, mas a sociedade civil ainda não é mencionada. Entre 1992 e 2003, o CNPC teve diferentes formatos, mas sempre por escolha do Ministro e da Presidência da República. Esse CNPC, “[...] foi paulatinamente esvaziado durante a

administração de Francisco Weffort (1995-2002)” (Rubim; Brizuela; Leahy, 2010, p. 117) e teve pouca atuação.

Com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder em 2003, a cultura ganha protagonismo. Em 2004, a Funarte, em parceria com o MinC, desenvolve as Câmaras Setoriais com a finalidade de criar políticas nacionais para alguns setores e estruturar o embrião do novo CNPC. Para compô-las, foram escolhidos membros da sociedade com grande atuação nas respectivas áreas, considerando também a diversidade regional. Em 2005, o CNPC é reestruturado por meio do Decreto nº 5.520/05, que também instituiu o Sistema Federal de Cultura (SFC). Dessa maneira, passou a compor o conselho representantes dos entes integrantes do SFC, divididos em 15 representantes do Poder Público Federal, 9 representantes das áreas técnico-artísticas e 7 representantes da área do patrimônio cultural, estes últimos indicados pelos membros da sociedade civil nos colegiados setoriais afins e outros representantes de entidades ligadas à sociedade civil.

A partir da pesquisa, identificamos que o conselho teve uma atuação plena entre os anos 2008-2015. As eleições para os representantes tiveram algumas mudanças durante seus quase 20 anos de existência. Até 2011, os membros eram escolhidos em 3 etapas: nas Conferências Municipais, nas Estaduais e na Nacional. Isso não mudou, mas a partir de 2012, quem desejava se candidatar passou a enviar documentos comprobatórios de sua atuação local na cultura. A partir de 2015, a inovação foi tornar a votação online.

A extinção do MinC em 2016 e seu retorno logo em seguida balançou a estrutura do CNPC. No período entre 2016-2019, houve apenas uma reunião do Plenário, e os colegiados recém-incorporados em 2015 mal tiveram atuação. Entre 2019-2022, dos 26 colegiados, apenas 4 fizeram parte do conselho. A participação majoritária da sociedade foi por meio da representação das regiões do país, não mais por área técnica ou artística. Com isso, chegamos à conclusão de que a participação da população na formulação de políticas culturais é ainda frágil, o que explica por que em governos mais democráticos ela ganha mais protagonismo, enquanto em outros, não

### **Referências bibliográficas**

BRASIL. *Decreto nº 1.939, de 25 de junho de 1996*. Dispõe sobre a estruturação do Conselho Nacional de Política Cultural e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 jun. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1996/d1939impressao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1939impressao.htm). Acesso em: 5 fev. 2024.



CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

RUBIM, I.; BRIZUELA, J.; LEAHY, R. Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura. In: RUBIM, A. A. C.; FERNANDES, T; RUBIM, I. (orgs.). *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 111-144. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/2802/1/colecao%20cult\\_8\\_RI.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/2802/1/colecao%20cult_8_RI.pdf). Acesso em: 6 jan. 2024.

Nome: Tamires Mota de Moraes Lima da Costa  
Trabalho: Participação Social e Desafios Institucionais no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC)  
Curso/Instituição: História/ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)  
Orientadora: Lia Calabre;  
Projeto: História das Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1980 até o século XXI;  
Fonte de financiamento: CNPq;  
Data de Ingresso no PIC: Outubro de 2023.

A presente pesquisa integra o projeto “História das Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1980 até o século XXI”, sob orientação de Lia Calabre, iniciado em outubro de 2023. O estudo tem como objetivo investigar a participação social no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), criado nos anos 1990 e reestruturado em 2005, quando efetivamente incorporou a presença da sociedade civil em sua estrutura. Para compreender os contextos históricos que antecederam essa mudança, revisitamos os conselhos de cultura das décadas de 1930 e 1960, como o Conselho Nacional de Cultura e o Conselho Federal de Cultura, que, apesar de reunirem figuras importantes do cenário cultural, não contavam com a participação popular. A criação do Ministério da Cultura (MinC) em 1985 e a promulgação da Constituição de 1988 geraram grandes expectativas quanto ao envolvimento da população nas políticas culturais. No entanto, o CNPC, apesar de sua criação oficial em 1990, ainda não contava com essa participação. Somente a partir de 2005, com sua reestruturação, passou-se a integrar representantes da sociedade civil, especialmente através dos colegiados setoriais, marcando o início de uma atuação mais efetiva entre 2008 e 2015.

Nesse contexto, é igualmente relevante destacar as questões relacionadas ao acesso a informações e documentos históricos do conselho, que permitem observar a participação efetiva da sociedade civil, o acompanhamento das decisões e o fortalecimento do diálogo entre governo e população. Sendo assim, encontramos uma grande dificuldade em entender a estrutura do conselho, primeiro por haver uma alta dispersão dos documentos, acompanhada de diversas reestruturações do próprio, construção e retirada do site do órgão do ar, sem os cuidados necessários para que não houvesse perda de informações. Há atualmente um novo site, que é de domínio “Gov.com”, porém esse apenas se limita a colocar informações atuais sobre o Conselho do governo Lula 2024, sem antecedentes – a documentação desapareceu. A falta de acesso à informação já havia sido identificada anteriormente, pelo próprio MinC, por afetar o processo eleitoral do CNPC realizado no final de 2015.

O golpe civil-parlamentar contra a Presidenta Dilma Rousseff, leva Michel Temer à presidência da república. Dentro do Minc, assiste-se a um processo de descontinuidades e/ou esvaziamento de diversas políticas, entre eles o processo de participação mais ampla do CNPC. Temer, extinguiu, dentre outros órgãos, o próprio Ministério da Cultura. Porém, através de lutas e manifestações da classe artística e cultural Temer, recria o MinC doze dias depois. No entanto, percebe-se que em menos de um ano, o comando do MinC passou por seis ministros diferentes, o que deixou o movimento de políticas públicas e participação social no setor cultural com uma permanente lentidão.

Para o biênio do mandato 2018-2019 o cenário é bem semelhante, identificamos que houve mais uma agravante redução de conselheiros representantes das áreas artísticas e técnicas (ainda no governo Temer) e durante o governo Bolsonaro, foi rompido o principal objetivo do CNPC que era o da escuta e colaboração da sociedade civil.

Contudo ainda se tratando de eleições e o método da escolha de conselheiros para ocuparem as cadeiras, esta foi se modificando ao longo dos anos. Primeiramente ele era realizado por indicação dos setores culturais e de forma presencial. A partir de 2012, esse processo passa a ser eleitoral e parcialmente online, mas ainda com a necessidade de entrega de documentos físicos e algumas burocracias. Somente em 2015 o processo de renovação, incluindo a votação, passa a ser 100% online com o intuito de trazer mais participação civil e acessibilidade. Atualmente, em 2024, com a reconstrução do setor cultural esse processo ainda está em debate.

Pretende-se, em tempo, no segundo ano da presente pesquisa utilizar a metodologia da História Oral aplicando-a em entrevistas com os antigos conselheiros representantes da sociedade civil para coletar novos dados, uma vez que se encontra lacunas para se efetivar a reconstituição história do órgão. Por fim, a pesquisa realizada até o presente momento apresenta dados importantes para a historiografia do Conselho Nacional de Política Cultural e através dela é possível não só entender o CNPC em si mas também como andam e se modificam, os debates, estruturas, ações e políticas do setor cultural no Brasil entre o período de 1980 até o século XXI, que ainda podem auxiliar outras pesquisas futuramente.

### **Referências bibliográficas:**

BRASIL. *Ministério da Cultura. Conselho Nacional de Política Cultural, o que é?: estrutura e atribuições.* 2016.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Portaria nº 28, de 17 de março de 2015*. Dispõe sobre a regulamentação do processo eleitoral do Conselho Nacional de Política Cultural. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Relatório Final do Processo Eleitoral do Conselho Nacional de Política Cultural 2015*. Brasília: Ministério da Cultura, 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Portaria SECULT/MTUR Nº 57, de 7 de junho de 2022*. Dispõe sobre o mandato dos conselheiros do Conselho Nacional de Política Cultural. Diário Oficial da União, Brasília, 2022.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Editora FGV, 2009.

Nome: João Victor Maiani Pereira  
Trabalho: Regulamentação do streaming na Câmara dos Deputados  
Curso/Instituição: Biblioteconomia (UFRJ)  
Orientador: Eula Dantas Taveira Cabral  
Projeto: Cultura, Comunicação e Informação na era digital  
Fonte de financiamento: FCRB  
Data de Ingresso no PIC: 2023

Com a evolução das tecnologias, a sociedade foi impactada com a digitalização. No Brasil, o streaming passou a fazer parte da vida de muitos. De acordo com o IBGE (2023), 31,1 milhões de domicílios possuem acesso a serviço pago de streaming de vídeo. Porém, esse serviço ainda não é regulamentado no país.

Para entender como o debate sobre regulamentação do streaming vem se dando no Brasil, neste trabalho verifica-se o conteúdo veiculado no portal de notícias da Câmara dos Deputados no período de 15 de abril a 17 de junho de 2024. É alinhado ao projeto de pesquisa “Cultura, comunicação e informação na era digital” (CABRAL, 2021).

Trabalha-se com autores da área de Economia Política da Comunicação e da Cultura, como Eula Cabral (2021), Eula Cabral e Bárbara Castro (2022), Henry Jenkis (2008) e Magna Inácio (2007). Além de legislações como o Projeto de Lei nº 2331, de 2022, a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, o Projeto de Lei nº 1994, de 2023, e o Projeto de Lei nº 8889, de 2017.

Streaming é o “fluxo de informações na rede, sem armazenamento fixo do conteúdo transmitido” (CABRAL, SILVA, 2022, p.57). Ganham destaque os serviços de mídia Over the Top (OTT), que diz respeito à distribuição de conteúdo pela internet “aberta” e com base na interligação IP, e o VoD, “serviço que oferece, por meio de redes eletrônicas, conteúdos audiovisuais que permitem ao usuário, no momento por ele escolhido e a partir de sua solicitação, a fruição de um vídeo de sua preferência, com base em um catálogo de opções disponíveis” (CABRAL, SILVA, 2022, p.58). Netflix e Youtube são exemplos desses serviços.

No site da Câmara dos Deputados, que é composta por 513 deputados federais, que respondem, junto com o Senado, pelo Poder Legislativo, foram detectadas oito matérias que abordaram o tema, sendo que duas trataram sobre a audiência pública realizada pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional sobre regulação dos serviços de streaming. Outra registrou a retirada de pauta da proposta que obriga distribuidoras de conteúdos audiovisuais formatados em catálogo, como Netflix, Now e

Amazon Prime Video, a investir anualmente pelo menos 10% do seu faturamento bruto em produções nacionais.

A quarta matéria traz como rodapé o Projeto de Lei 8889/17, que regulamenta a oferta do serviço de conteúdo audiovisual por demanda, como Netflix, Hulu, Vimeo e Now. Outra matéria fala sobre o Projeto de Lei 2630/20, que pretende regulamentar as redes sociais e combater as chamadas fake news. A sexta matéria ressalta que os serviços de streaming devem ter alíquota reduzida na proporção do conteúdo nacional que transmitam.

A sétima matéria registra que o Projeto de Lei 2331/22, em análise na Câmara dos Deputados, regulamenta os serviços de vídeo sob demanda (VoD), obrigando as empresas a recolher a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine). Já a última matéria, apresenta que o Projeto de Lei 2947/23 proíbe provedores de conteúdos musical ou audiovisual sob demanda – plataformas de streaming – de fazer cobrança adicional pelo acesso à conta em endereço diverso do endereço de residência do usuário.

Mesmo que o debate só tenha começado, espera-se que os deputados federais aprovem a regulamentação do streaming em prol do povo brasileiro.

## Referências Bibliográficas

CABRAL, Eula D.T. **Cultura, Comunicação e Informação na era digital**. RJ: FCRB, 2021. Disponível em <<https://epccbrasil.wixsite.com/epcc2/pesquisas>>. Acesso em 23 set.2024.

CABRAL, Eula D.T, SILVA, Bárbara C. Streaming: entre regulamentação e democratização midiática. IN: CABRAL, Eula D.T. (org.). **Nos trilhos da cultura e da comunicação**. RJ: FCRB, 2022. Disponível <<https://epccbrasil.wixsite.com/epcc2/pesquisas>>. Acesso 23 set.2024.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação. Quarto trimestre de 2023. **IBGE**. Disponível em < [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102107\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102107_informativo.pdf)>. Acesso em 24 set.2024.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

ENTENDA o processo legislativo. **Câmara dos Deputados**, [s.d.]. Disponível em: [Entenda o processo legislativo - Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](https://www.camara.leg.br/entenda-o-processo-legislativo). Acesso em: 22 de jul. de 2024.

INÁCIO, Magna. Estrutura e Funcionamento da Câmara dos Deputados. In: Carlos Ranulfo de Melo; Manuel Alcántara Sáez. (Org.). **A Democracia Brasileira: Balanço e**

perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, v. , p. 199-235.  
[DES0119-A7-Inacio.pdf \(usp.br\)](#)

Nome: Vinícius Silveira Gonçalves Gondra  
Trabalho: A Agência Senado e o debate sobre a regulamentação do streaming no Brasil  
Curso/Instituição: Direito (UNIRIO)  
Orientador: Eula Dantas Taveira Cabral  
Projeto: Cultura, Comunicação e Informação na era digital  
Fonte de financiamento: CNPq  
Data de Ingresso no PIC: 2023

O século XXI é marcado pela digitalização das novas tecnologias que invadem o cotidiano da população. A partir do projeto “Cultura, Comunicação e Informação na era digital” (CABRAL, 2021), neste trabalho verifica-se como o portal de notícias digitais do Senado Federal do Brasil, a “Agência Senado”, cobriu o debate sobre a regulamentação do streaming, serviço de oferta de vídeo sob demanda, no período de 15 de abril a 17 de junho de 2024, verificando-se quantas vezes a palavra-chave “streaming” apareceu nas matérias publicadas.

A pesquisa levou em consideração o levantamento bibliográfico sobre obras científicas de Economia Política da Comunicação, da Cultura e da Informação, destacando-se dentre os autores: Eula Cabral (2021), Miriam Wimmer (2014), Eula Cabral e Bárbara Castro (2022), Ana Lúcia Novelli e Sarah Nunez (2021), Valéria Almeida (2007) e Soraya Reis (2013)

É importante ressaltar que a palavra streaming relaciona-se ao “fluxo de informações na rede, sem armazenamento fixo do conteúdo transmitido” (CABRAL, SILVA, 2022, p.57). Ganham destaque os serviços de mídia Over the Top (OTT), que diz respeito à distribuição de conteúdo pela internet “aberta” e com base na interligação IP, e o VoD, “serviço que oferece, por meio de redes eletrônicas, conteúdos audiovisuais que permitem ao usuário, no momento por ele escolhido e a partir de sua solicitação, a fruição de um vídeo de sua preferência, com base em um catálogo de opções disponíveis” (CABRAL, SILVA, 2022, p.58). Como exemplo desses serviços destacam-se a Globoplay, Netflix, Youtube etc.

No Brasil, 31,1 milhões de domicílios possuem acesso a serviço pago de streaming de vídeo (IBGE, 2023). Um serviço que necessita ser regulamentado no país. O debate a respeito da regulamentação do *streaming* gira em torno, principalmente, do projeto de lei (PL) 2331/2022, de autoria do senador Nelsinho Trad (PSD-MS). O projeto altera a Medida Provisória nº 2.228-1/2001 e a Lei nº 12.485/2011 para incluir a oferta de serviços de vídeo sob demanda ao público brasileiro como fato gerador da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (CONDECINE). Assim,



espera-se que os provedores dos serviços de vídeo sob demanda passem a fazer parte da CONDECINE e, com isso, ajudem a fomentar, com parte da sua receita obtida no Brasil, a produção audiovisual nacional.

O Senado federal é um dos atores fundamentais para garantir a regulamentação do streaming no Brasil. Seu veículo de comunicação, Agência Senado, oficializada em 1997, tem como meta dar maior transparência à atividade parlamentar e oferecer mais interatividade com a sociedade. Em 2022, teve 54,2 milhões de *pageviews*, com 31 milhões de usuários únicos, sendo seu conteúdo copiado mais de 775 mil vezes. Nesta mídia, no levantamento realizado, foram localizadas apenas oito publicações, sendo quatro matérias escritas, dois áudios e dois vídeos. Seis delas tratavam do debate sobre regulamentação do *streaming* e citavam o PL 2331/2022, duas citaram o PL 8889/2017 e apenas uma citou os serviços de *streaming* em outro contexto. Observa-se, no final do levantamento, que, ao todo, três projetos de lei que dispõem sobre a regulamentação do *streaming* foram citados na Agência Senado, sendo o PL 2331/2022 com maior evidência e peso no debate. Outro fato interessante é que após o texto substitutivo do relator Eduardo Gomes (PL-TO) sobre o PL 2331/2022 do senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ter sido aprovado, o projeto seguiu para a Câmara, sendo que a última audiência no Senado que tratou do tema da regulamentação dos serviços de *streaming* foi no dia 06 de maio de 2024.

Será que os senadores regulamentarão o streaming, favorecendo os brasileiros?

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Valéria R. da S. F. **A tecnologia na comunicação do Senado: do papiro à internet.** 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/2957>. Acesso em 18 jul.2024.

CABRAL, Eula D.T. **Cultura, Comunicação e Informação na era digital.** RJ: FCRB, 2021. Disponível em <<https://epccbrasil.wixsite.com/epcc2/pesquisas>>. Acesso em 23 set.2024.

CABRAL, Eula D.T, SILVA, Bárbara C. Streaming: entre regulamentação e democratização midiática. IN: CABRAL, Eula D.T. (org.). **Nos trilhos da cultura e da comunicação.** RJ: FCRB, 2022. Disponível <<https://epccbrasil.wixsite.com/epcc2/pesquisas>>. Acesso 23 set.2024.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação. Quarto trimestre de 2023. **IBGE.** Disponível

em < [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102107\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102107_informativo.pdf)>. Acesso em 24 set.2024.

NOVELLI, Ana Lúcia R.; NUNEZ, Sarah A. C. A comunicação digital multiplataforma do Senado Federal. **Comunicação & Política**, [S. l.], v. 38, p. 54–69, 2021. Disponível em: <https://unapes.org/rcp/index.php/edicoes/article/view/75>. Acesso em: 17 jul. 2024.

REIS, Soraya M. D. A interferência do revisor na matéria jornalística: um estudo sobre as notícias da agência senado. 2013. **Uniceub**. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/8195>. Acesso em 13 jul. 2024.

Nome: Valéria Peixinho da Silva

Trabalho: Organização Documental na FCRB: Levantamento e Acesso a Informações das Áreas de Arquitetura e Engenharia com Enfoque Arquivístico

Curso/Instituição: Arquitetura e Urbanismo - UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Orientador: Marcia Furriel

Projeto: Gestão de documentos da FCRB: levantamento, organização e acesso de documentos específicos das áreas de arquitetura e engenharia sob a perspectiva do contexto arquivístico

Fonte de financiamento: Fundação Casa de Rui Barbosa

Data de Ingresso no PIC: 23 de outubro de 2023 (1º ano)

O tema central da pesquisa aborda a gestão de documentos da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), com foco no levantamento, organização e acesso a documentos das áreas de arquitetura e engenharia, considerando seu contexto arquivístico. Os objetivos específicos da pesquisa incluem a identificação da produção documental relacionada às ações de construção e preservação do patrimônio arquitetônico e paisagístico da FCRB e a atualização do diagnóstico e da classificação arquivística dos documentos gráficos da FCRB, entre outros, visando a divulgação do conhecimento científico gerado por meio de um inventário analítico.

A pesquisa teve como método o levantamento e a identificação dos documentos produzidos pela FCRB e outras fontes. Também foi proposta a atualização da classificação arquivística dos documentos de natureza gráfica, através de XXX. Durante o levantamento, foi criado um instrumento descritivo para compilar e organizar os documentos analisados e a base para o banco de dados de gestão e acesso desse acervo.

Como resultados, foi possível mapear a produção documental relacionada aos projetos de arquitetura e engenharia, além de realizar uma reorganização dos documentos que favorece melhor acesso aos usuários. Esses resultados oferecem uma contribuição significativa ao campo da arquivologia, demonstrando a importância da gestão documental na preservação do patrimônio e fornecendo um modelo que pode ser aplicado por outras instituições que buscam aprimorar sua organização arquivística em conjunto com outras áreas do conhecimento. Nesta etapa do projeto foi realizado o levantamento quantitativo dos documentos gráficos presentes no acervo da FCRB, sendo eles, 226 do Museu, 424 do Jardim, 79 do Terreno 130, 660 do Espaço Américo Jacobina Lacombe, e 832 outros, totalizando 2281 pranchas arquivadas.

As implicações práticas dos resultados incluem um melhor acesso a informações relevantes sobre o patrimônio, potencialmente influenciando políticas de preservação e o

fortalecimento da transparência institucional, além de estimular a continuidade da pesquisa.

As limitações enfrentadas durante a pesquisa incluem a dificuldade do manuseio de documentos com o material frágil e danificado, desafios na coleta de documentos devido à sua natureza dispersa ou em diferentes formatos, e o tempo necessário para sua atualização e classificação.

Em conclusão, a pesquisa estabelece que uma gestão eficaz dos documentos da FCRB é essencial para a preservação do patrimônio arquitetônico e paisagístico, possibilitando um melhor acesso e uso dos acervos. Este trabalho não apenas contribui para a preservação da história, mas também para a promoção do conhecimento científico na área. A continuidade da pesquisa visa a análise qualitativa do material analisado e classificado, com a criação de um catálogo temático que apresente a produção documental referente às intervenções junto ao Museu Casa de Rui Barbosa.

## **Referências**

FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa. **O Jardim de Rui Barbosa: preservação de um Jardim Histórico**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2017.

Nome: Felipe das Neves Lacerda

Trabalho: Gestão de documentos da Fundação Casa de Rui Barbosa

Curso/Instituição: Universidade Federal Fluminense, Arquivologia

Orientador: Bianca Panisset

Projeto: Gestão de documentos da FCRB: levantamento, organização e acesso de documentos específicos das áreas de arquitetura sob a perspectiva do contexto arquivístico

Fonte de financiamento: CNPQ

Data de Ingresso no PIC: Setembro de 2023, edital de ingresso 2023

A perspectiva desta pesquisa recai sobre o contexto arquivístico do conjunto documental proveniente da preservação do patrimônio arquitetônico e paisagístico. O acúmulo de documentos oriundos desses projetos evidenciou a necessidade de uma mudança significativa na organização documental.

Nesse contexto, o desenvolvimento da pesquisa baseou-se na necessidade de se ter na Fundação um projeto focado somente em solucionar demandas específicas das áreas. As necessidades do SAHI (Serviço de Arquivo Histórico e Institucional) e NPARQ (Núcleo de Preservação Arquitetônica) eram semelhantes, pois o acúmulo de plantas ultrapassava a capacidade de armazenamento disponível no arquivo, e com isso, se fazia necessário adequar o fluxo de recuperação da informação para o Núcleo de Preservação.

Com relação ao propósito da pesquisa, busca-se levantar as fontes relacionadas a projetos arquitetônicos e paisagísticos, e como resultado produzir um inventário analítico e um diretório de plantas digitais para futura preservação digital.

Como objetivo, foi estabelecido o levantamento e a organização dos documentos provenientes das intervenções ocorridas na área da Fundação. O conjunto documental sobre o qual incide na pesquisa foram recolhidos pelo SAHI ou se encontravam no NPARQ.

A pesquisa concentrou-se em organizar todos os documentos, buscando sempre a organicidade da produção. Nesse sentido, agruparam-se documentos produzidos no fazer de uma mesma ação, dividindo-os entre textuais e gráficos consoante as fases da sua produção.

Ainda nesse cenário, se deu a criação de um inventário analítico com descrição ao nível de item documental, além de atualizações nos outros inventários, como com produção de dossiês. Além disso, foi produzido um diretório de arquivos digitais referente às unidades de arquivamento do inventário.

Por fim, os objetivos da pesquisa foram definidos e alcançados, ainda que não tenham esgotado integralmente as fontes de documentos.

Com o objetivo desta pesquisa sendo o levantamento, a organização e o acesso de documentos do fundo da FCRB, a abordagem metodológica mais indicada para tal cenário é a de pesquisa exploratória.

Contextualizando a natureza da abordagem do presente estudo e levando em consideração o acervo tratado, foi exercida uma pesquisa descritiva. Acordando com o objetivo final, a pesquisa descritiva possibilita que uma situação tratada seja representada em detalhes, possibilitando a representação do item documental, permitindo assim que as minuciosidades do fundo em questão sejam retratadas como objeto final do inventário analítico.

As metodologias aplicadas nesta pesquisa foram quase integralmente fruto das noções criadas a partir do entendimento dos documentos tratados. Logo, o seu desenvolvimento se dá como pesquisa exploratória, dada a complexidade do objeto de estudo e das ramificações possíveis com o extenso detalhamento produzido.

Em síntese, ao longo deste primeiro ano de pesquisa, foram obtidos importantes resultados; como a extinção da documentação recolhida, que aguardava processamento técnico, havendo ainda documentação processada para futura aplicação da metodologia, a produção do Inventário Analítico de documentos gráficos da FCRB e o Diretório de Documentos Digitais de Arquitetura e Paisagismo.

### **Referências bibliográficas**

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia**

**Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, M. H. L. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.

MELLO, M. L. H. L. de; OLIVEIRA, L. M. V. de. **O arquivo histórico e institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa**. Fundação Casa de Rui Barbosa: Rio de Janeiro, 1997

RANGEL, A. M. S. **Museu Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado**. 2015. 254 f. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro.

REIS, C. B. **Memória de um jardim**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2011.

MELLO, Maria L. H. L.; MENDONÇA, Lúcia M. V. O. R. **O Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

Nome: Vitória dos Santos de Souza

Trabalho: Desafios e Práticas de Preservação no Museu Casa de Rui Barbosa

Curso/Instituição: Conservação e Restauração, UFRJ

Orientador: Edmar M. Gonçalves

Projeto: Estudo da coleção bibliográfica de Rui Barbosa

Fonte de financiamento: FCRB

Data de Ingresso no PIC: Maio de 2024

Em 1930, é constituído o primeiro museu-casa público do Brasil, o Museu Casa de Rui Barbosa (MCRB), com o objetivo de preservar sua memória. Para tanto, com base em fotografias e depoimentos de pessoas próximas, foram reconstituídos meticulosamente os ambientes onde Rui Barbosa e sua família viveram — incluindo todo o mobiliário, objetos e seus livros, cerca de 37 mil exemplares (Gonçalves, 2020). Nas décadas seguintes, o museu passou a ser reconhecido como um importante centro de conservação cultural. No final da década de 1970, visando dar continuidade ao processo de preservação, foi implementado o Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos Gráficos (LACRE), a partir do qual surgiu o projeto "Estudo da Coleção Bibliográfica de Rui Barbosa", ambos com o intuito de preservar o acervo documental da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB).

Todavia, a preservação de acervos bibliográficos em museus-casa apresenta desafios consideráveis, pois são acervos extremamente delicados e condições ambientais inadequadas podem causar sérios danos à coleção. Sob essa perspectiva, o desenvolvimento de um plano de controle ambiental torna-se ainda mais complexo quando alternativas como o manejo do ambiente — ou seja, a realocação de peças mais sensíveis para áreas com temperaturas e níveis de umidade menores — ou a mudança da mobília de armazenagem não são opções viáveis (Carvalho, 2001). Um exemplo dessa complexidade são as estantes, que, além de servirem como expositores, fazem parte do circuito de visitação e, por isso, não podem ser trocadas ou alteradas. A coleção deve permanecer no local originalmente designado pelo próprio Rui Barbosa, no qual todos os livros possuem localização fixa nas estantes feitas em madeira (Gonçalves, 2020).

Desse modo, com o objetivo de prevenir danos potenciais à coleção causados por agentes químicos e biológicos, o Setor de Bibliotecas, em colaboração com o Setor de Preservação, iniciou um programa de visitas regulares para monitoramento e manutenção do acervo nas sete salas que compõem a biblioteca. Entretanto, apesar dos cuidados de limpeza, conservação e manuseio dos livros, verificou-se a necessidade



de remoção temporária dos livros para permitir a limpeza adequada das estantes e de alguns exemplares que apresentavam o crescimento de esporos. O crescimento e reprodução de micro-organismos estão associados a fatores ambientais como alta umidade relativa (UR) e temperatura. Além disso, devido ao poder de retenção de umidade da poeira, o acúmulo de sujidades também favorece o crescimento desses agentes (Cunha, 2017).

Destarte, a metodologia empregada para a limpeza desses contaminantes, consistiu na abertura das estantes, seguida pela retirada dos volumes, de modo que as prateleiras pudessem ser higienizadas com o uso de um aspirador dotado de filtro EPA, enquanto os vidros das portas foram limpos com papel e álcool 70%. Quanto aos livros retirados da biblioteca, estes foram encaminhados ao LACRE, onde passarão posteriormente pelo processo de higienização e retornaram às estantes. Por fim, nos dias de baixa umidade relativa (UR), ainda durante o período das visitas, optou-se pela abertura das estantes e janelas para promover a circulação de ar, visando prevenir o surgimento de novos casos de fungos, uma vez que a ventilação natural, ao permitir a circulação abundante de ar, é uma medida eficaz no controle do crescimento fúngico (Cunha, 2017).

Portanto, a preservação de acervos bibliográficos em museus-casa como o MCRB envolve desafios complexos, que vão além da simples conservação dos itens em exposição. A necessidade de equilibrar o respeito pela integridade histórica do espaço e o cuidado com peças sensíveis, como os livros raros, exige estratégias detalhadas e contínuas, como o monitoramento ambiental e a higienização adequada. Iniciativas como o LACRE e o projeto Estudo da Coleção de Rui Barbosa bibliográfico mostram o comprometimento do MCRB com a preservação da memória cultural e histórica de Rui Barbosa, demonstrando que, embora as dificuldades sejam grandes, o esforço contínuo para manter essas coleções acessíveis e em boas condições reforça a importância da preservação de nosso patrimônio.

## **Referências**

GONÇALVES, Edmar M. **Preservação de patrimônio bibliográfico em museus-casas: o Museu Casa de Rui Barbosa**. Tese (Doutorado em Estudos do Patrimônio) – Escola das Artes, Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2020.

CARVALHO, Claudia Suely Rodrigues de et al. **O projeto de conservação preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa.** 2001.

CUNHA, Marianna de Almeida. **Biodeterioração na Biblioteca Pública do RS: um estudo de Ciência da Conservação.** 2017.

Nome: Esther Nascimento Martins do Couto Araujo  
Trabalho: O repositório digital do projeto Estudo da Coleção Bibliográfica de Rui Barbosa  
Curso/Instituição: Conservação e Restauração – UFRJ  
Orientador: Edmar M. Gonçalves  
Projeto: Estudo da Coleção Bibliográfica de Rui Barbosa  
Fonte de financiamento: Fundação Casa de Rui Barbosa  
Período: Outubro de 2023 a Outubro de 2024

O Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos Gráficos (Lacre) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) foi implementado no fim da década de 1970, desde então, tem como objetivo a preservação do acervo documental da FCRB. É com esse fim que surge o projeto “Estudo da Coleção Bibliográfica de Rui Barbosa”.

A biblioteca do patrono forma um conjunto com cerca de 37.000 volumes, que não apenas reflete seu profissionalismo, como também seus tipos preferidos de encadernações. Barbosa mandou encadernar grande parte dos livros de acordo com seu gosto, enviando papagaios com informações detalhadas de como desejava a encadernação. Assim, é possível perceber que a estética da coleção é crucial.

No entanto, em 1988 houve um sinistro com água que afetou direta e significativamente diversos livros da coleção que à época encontravam-se no porão do Museu, pois estava ocorrendo uma obra de restauração em suas respectivas salas que viriam a ser a Sala do Casamento Civil e do Código Civil.

Após o sinistro, alguns exemplares foram selecionados para serem encadernados por profissionais externos, visto que à época o LACRE não possuía a Oficina de Encadernação. As encadernações realizadas não levaram em consideração a historicidade e o valor estético do acervo como um conjunto, interferindo na harmonia estética da coleção, prejudicando o circuito expositivo do Museu e provocando impressões negativas aos visitantes.

Assim, surge o projeto supracitado visando estudar intervenções realizadas nos livros da coleção com o objetivo de mapear as alterações realizadas na coleção e assim resgatar a integridade estética e histórica da mesma.

Dentre as metodologias estabelecidas para o projeto está a criação de um repositório digital que servirá como fonte de informação para fundamentar as futuras propostas de intervenção na coleção; registrar o atual estado de conservação da coleção; e auxiliar no estudo e na história da encadernação de livros do século XIX no Brasil.

Esse repositório digital está alocado na própria Rede da FCRB e abriga as fichas de diagnóstico e as imagens geradas pelo *Ipad*. Isto é, documentos gerados e criados no formato digital.

De acordo com Sayão (2007, p. 183), os formatos digitais são “justificados pela enorme economia de espaço físico de armazenamento e, sobretudo, pelos extraordinários ganhos de produtividade e eficiência proporcionados pela otimização dos fluxos de trabalho e a facilidade de manipulação.”.

No entanto, Sayão (2007) destaca a possibilidade de ocorrer a “amnésia digital”, isto é, a intensa produção de dados, o armazenamento de massa e o constante avanço tecnológico viabilizam a perda e o esquecimento dos dados armazenados.

Dentro desse contexto, o repositório digital do projeto sofreu com a dissociação e a perda de dados devido à incompatibilidade de sistemas operacionais; e o armazenamento de massa sem a gestão adequada dos dados gerados, inviabilizando o acesso à informação.

Na prática, as fichas de diagnóstico e as imagens geradas no *Ipad* eram transferidas para o repositório digital com pouco planejamento e nenhuma gestão. A exemplo as imagens transferidas para o repositório digital que permaneciam com a nomeação gerada automaticamente pelo *Ipad*. Tais nomenclaturas impediam que o repositório digital fosse usado como uma plataforma de pesquisa e fonte de informação, visto que não era possível identificar a imagem a partir de um código desconhecido. Somada às imagens que eram corrompidas ao serem transferidas para o repositório digital, agravando a dissociação de informações (Spinelli Pedersoli, 2010), isto é, a incapacidade de recuperar ou associar as informações aos livros diagnosticados.

Portanto, fica a cargo deste trabalho, apresentar o andamento, os resultados e os percalços encontrados no desenvolvimento do projeto.

## Referências

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Estudo e preservação do acervo bibliográfico da Coleção Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: FCRB, 2021.

GONÇALVES, Edmar M. **Preservação de patrimônio bibliográfico em museus-casas: o Museu Casa de Rui Barbosa**. Tese (Doutorado em Estudos do Patrimônio) – Escola das Artes, Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2020.

PEDERSOLI, José L.; SPINELLI, Jayme. **Plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda e emergência**. Biblioteca Nacional. Edição Revista: Rio de Janeiro, 2010.

SAYÃO, Luiz F. **Conservação de Documentos Eletrônicos**. In: Marcos Granato; Claudia P. dos Santos e Cláudia R. A. da Rocha. (Org.) MAST Colloquia – Conservação de acervos.

Volume 9. Rio de Janeiro: MAST, p. 181-204, 2007.

## Índice de Bolsistas

Araújo, Esther Nascimento Martins do Couto, 51

Araújo, Marcele das Neves, .30

Bezerra, Milena Gomes Moreira, 11

Chouin, Luíza Tallens de Lima Muhlethaler, 8

Corsino, Mayra São José, .24

Costa, Tamires Mota de Moraes Lima da, .35

Gondra, Vinícius Silveira Gonçalves, 41

Lacerda, Felipe das Neves, 45

Lira, Joana Sousa, 14

Lopes, Jhuly de Jesus, 18

Pereira, João Victor Maiani, 38

Silva, Bruna Marinho Araújo da, 32

Silva, Daiane de Souza Vilela da, 22

Silva, Larissa Pereira Caetano da, 16

Silva, Valéria Peixinho da, 43

Siqueira, João Victor Constantino, 21

Souza, Vitória dos Santos de, 48

Vanoli, Anna Figueiredo, 27

**Índice de Orientadores:**

Cabral, Eula, 38, 41

Calabre, Lia, .34 35

Carmo, Laura do, 18, 20, 22

Faria, Anna Gabriela, 11

Furriel, Marcia, 43

Gonçalves, Edmar, 48 51

Panisset, Bianca, .45

Pessoa, Ana, 27, 30

Rangel, Aparecida, 8

Rangel, Rosângela Florido, 14, 16

Stolze, Ivana, 24